STJ00110363

FRANCISCO JOSÉ CAHALI

CURSO DE ARBITRAGEM

MEDIAÇÃO • CONCILIAÇÃO • TRIBUNAL MULTIPORTAS

8ª edição

Entendimentos consolidados em Doutrina e Julgados, inclusive apresentados na edição nº 122 da Jurisprudência em Teses (STJ), específica sobre Arbitragem.

Revista, ampliada e atualizada

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS™

STJ00110363

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial
Coordenação
ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Aline Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felicio, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfouri

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Christiey Figueiredo

Adaptação de Capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação
MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica
MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Reis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cahali, Francisco José
Curso de arbitragem : mediação : conciliação : tribunal multiportas / Francisco José Cahali. -- 8. ed. rev., ampl. e atual. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5614-122-0

1. Arbitragem (Direito) - Brasil I. Título.

20-37818 CDU-347.918(81)

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Arbitragem : Processo civil 347.918(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8 9427

STJ00110363

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 7

APRESENTAÇÃO 9

1. INTRODUÇÃO 21
   1.1. Introdução às alternativas adequadas de resolução de disputas 23
   1.2. Breve histórico 29
   1.3. Bibliografia recomendada 37

2. ALTERNATIVAS ADEQUADAS PARA SOLUÇÃO DE DISPUTAS, A RES. 125/2010 DO CNJ – TRIBUNAL MULTIPORTAS E O MODELO PROCESSUAL INTRODUZIDO PELO CPC/2015 39
   2.1. Introdução 41
   2.2. Conciliação, negociação, mediação e arbitragem 42
   2.3. Outras formas de solução de conflitos 51
   2.4. Tribunal multiportas 61
   2.5. Do conteúdo da Res. CNJ 125/2010 e Estrutura Proposta 67
      2.5.1. A "rede" de tratamento adequado dos conflitos 68
      2.5.2. Dos conciliadores e mediadores 70
   2.6. O modelo processual introduzido pelo CPC/2015 72
      2.6.1. Valorização dos métodos consensuais de solução de conflitos no CPC/2015 72
      2.6.2. Integração do Mediador e do Conciliador no Código de Processo Civil como auxiliares da justiça 74
      2.6.3. Encaminhamento à mediação ou conciliação como etapa inicial do processo 78
      2.6.4. Particularidades da Lei 13.140 de 26 de junho de 2015 quanto à mediação judicial 84

STJ00110363

2.7. Bibliografia recomendada 85

3. MEDIAÇÃO 87
3.1. INTRODUÇÃO 89
3.1.1. A Lei 13.140, de 26 de junho de 2015 93
3.2. Princípios norteadores da mediação 94
3.3. Técnicas de mediação 101
3.4. A latitude (dimensão) da mediação 103
3.5. A Lei 13.140, de 26 de junho de 2015 – suas particularidades 109
3.5.1. Dos mediadores 109
3.5.2. Do procedimento de mediação privada 110
3.5.3. O início da mediação privada 111
3.5.4. O desenvolvimento da mediação privada 114
3.5.5. O encerramento da mediação privada 116
3.6. Bibliografia recomendada 118

4. ARBITRAGEM – A LEI 9.307/1996, CARACTERÍSTICAS E NATUREZA JURÍDICA 119
4.1. Arbitragem – noções gerais e vantagens do instituto 121
4.2. A Lei 9.307/1996 124
4.2.1. A constitucionalidade da Lei 9.307/1996 127
4.3. Natureza jurídica da arbitragem 129
4.4. Bibliografia recomendada 135

5. ARBITRABILIDADE, PRINCÍPIOS DA ARBITRAGEM E ESPÉCIES 137
5.1. Arbitrabilidade 139
5.2. Princípios norteadores da arbitragem 142
5.3. Espécies de arbitragem – institucional ou avulsa (*ad hoc*) 152
5.3.1. Arbitragem institucional 154
5.3.2. Arbitragem *ad hoc* ou avulsa 156
5.4. Bibliografia recomendada 156

6. CONVENÇÃO ARBITRAL 157
6.1. Da convenção de arbitragem 159
6.2. Da cláusula compromissória 160
6.2.1. Cláusula compromissória nos contratos de adesão 163
6.2.2. Extensão da cláusula compromissória a terceiro não signatário 170
6.2.3. Cláusula arbitral cheia 174

STJ00110363

6.2.4. Cláusula arbitral vazia 176
6.2.5. Cláusula arbitral patológica 183
6.2.6. Cláusula escalonada 187
6.3. Da autonomia da cláusula compromissória 192
6.4. Do compromisso arbitral 193
6.4.1. Da extinção do compromisso arbitral 201
6.5. Dos efeitos da convenção arbitral 203
6.5.1. Da forma de arguição em juízo estatal da existência da convenção arbitral 205
6.6. Da convivência entre a cláusula compromissória e a eleição de foro 208
6.7. Bibliografia recomendada 209

7. DOS ÁRBITROS 211
7.1. Considerações iniciais 213
7.2. Quem pode ser árbitro 214
7.3. A escolha dos árbitros 219
7.3.1. A escolha dos árbitros na arbitragem multipartes 223
7.3.2. Quanto ao número de árbitros 226
7.3.3. O presidente do tribunal arbitral 227
7.3.4. Nomeação de secretário 228
7.4. Atributos dos árbitros 229
7.5. Do impedimento e suspeição do árbitro 237
7.6. Da substituição do árbitro 240
7.7. Da responsabilidade penal do árbitro 241
7.8. Da responsabilidade civil do árbitro 242
7.9. O árbitro como juiz de fato e de direito, sua autoridade e efeitos da sentença 244
7.10. Bibliografia recomendada 246

8. PROCEDIMENTO ARBITRAL 247
8.1. Considerações iniciais – as regras do procedimento arbitral 249
8.2. Dos princípios informativos do procedimento arbitral 251
8.3. Da cronologia do procedimento 255
8.4. A instauração da arbitragem 256
8.4.1. A exceção de recusa do(s) árbitro(s) 262
8.4.2. A arguição de vícios relativos à competência, nulidade, invalidade, ineficácia da convenção 266

STJ00110363

8.4.3. A omissão das partes, na primeira oportunidade de se manifestar, quanto à recusa do árbitro e quanto aos vícios da convenção 269
8.5. A organização da arbitragem 271
8.5.1. A falta de assinatura no termo de arbitragem 275
8.6. Bibliografia recomendada 278

9. PROCEDIMENTO ARBITRAL – II 279
9.1. Introdução 281
9.2. Do desenvolvimento da arbitragem 282
9.2.1. Fase postulatória 282
9.2.2. Dos atos processuais 284
9.2.3. Da revelia 285
9.2.4. Da conciliação 287
9.3. A produção de provas na arbitragem 288
9.3.1. Do depoimento das partes 291
9.3.2. Do depoimento das testemunhas 292
9.3.3. Do depoimento das testemunhas técnicas – *expert witnesses* 294
9.4. Casuísticas no curso do procedimento 295
9.4.1. As despesas com a arbitragem 295
9.4.1.1 Os honorários de advogado na arbitragem 299
9.4.2. A confidencialidade na arbitragem 301
9.4.3. A interrupção da prescrição pela iniciativa da arbitragem 303
9.4.4. A participação do advogado e assistente da parte 306
9.5. Bibliografia recomendada 307

10. TUTELAS PROVISÓRIAS DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA NA ARBITRAGEM E COOPERAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO 309
10.1. Considerações gerais sobre tutelas provisórias de urgência e de evidência 311
10.2. Das tutelas provisórias de urgência na arbitragem 314
10.2.1. Tutelas provisórias de urgência antecedentes 314
10.2.2. Medidas de urgência no curso da arbitragem 323
10.2.3. Convenção arbitral limitando a apreciação pelo árbitro de tutelas de urgência 326
10.3. Tutela provisória de evidência (antecipada) na arbitragem 327
10.4. Cooperação do Poder Judiciário 331
10.5. Da carta arbitral – O Código de Processo Civil de 2015 e a Reforma da Lei de Arbitragem 335
10.6. Bibliografia recomendada 339

STJ00110363

11. SENTENÇA ARBITRAL ... 341
11.1. Introdução ... 343
11.2. Do prazo para ser proferida a sentença arbitral ... 344
11.3. Requisitos da sentença arbitral ... 347
11.3.1. Documento escrito ... 347
11.3.2. Relatório, fundamentação e dispositivo ... 348
11.3.3. Data e lugar em que a sentença é proferida ... 350
11.4. Da comunicação da sentença arbitral ... 351
11.5. Julgamento proferido por tribunal arbitral ... 351
11.6. Pedido de esclarecimento ... 356
11.6.1. Correção de erro material ... 357
11.6.2. Pedido de esclarecimento ... 357
11.6.3. Do prazo para se aditar a sentença ... 359
11.7. Sentença parcial (julgamento por etapas) ... 359
11.8. Efeitos da sentença arbitral ... 363
11.8.1. Liquidez da sentença condenatória ao pagamento de quantia certa ... 364
11.8.2. O título executivo ... 365
11.9. Bibliografia recomendada ... 366

12. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA ARBITRAL ... 369
12.1. Introdução ... 371
12.2. O conteúdo da sentença e as diversas formas de se exigir o seu cumprimento ... 372
12.2.1. Da materialização da sentença arbitral – considerações gerais necessárias à compreensão da posição adotada abaixo quanto aos diversos conteúdos possíveis do provimento e forma de sua efetivação ... 374
12.3. Da eficácia da sentença arbitral declaratória, constitutiva ou executiva *lato sensu* ... 377
12.4. Da execução da sentença arbitral condenatória ao pagamento de quantia certa em dinheiro ... 383
12.4.1. Prazo para cumprimento da sentença ... 385
12.4.2. Polêmica a respeito da multa pelo não cumprimento da sentença ... 387
12.4.3. A citação pessoal do executado e prosseguimento do processo ... 389
12.4.4. Defesa ... 390
12.5. Da execução da sentença arbitral impondo obrigação de fazer e não fazer ... 398
12.5.1. A fixação de prazo para cumprimento da obrigação e multa pela inércia ... 399
12.6. Da execução da sentença arbitral impondo obrigação de entrega de coisa ... 401

STJ00110363

12.7. Da execução da sentença arbitral contra a fazenda pública 402
12.8. Bibliografia recomendada 403

13. INVALIDAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL 405
13.1. Invalidação da sentença arbitral – Um novo olhar ao instituto 407
13.2. Das causas de invalidação da sentença arbitral 413
13.3. Do prazo para a propositura da ação 421
13.4. Procedimento e efeitos da desconstituição da sentença arbitral 422
13.4.1. Sentença que não decide todo o litígio submetido à arbitragem 425
13.5. Ação declaratória para impugnar jurisdição, procedimento e a sentença arbitral 428
13.6. Bibliografia recomendada 432

14. ARBITRAGEM TEMÁTICA 435
14.1. Introdução 437
14.2. Arbitragem no direito trabalhista 438
14.2.1. Arbitragem nos dissídios coletivos 438
14.2.2. Arbitragem nos dissídios individuais 440
14.3. Arbitragem no direito falimentar 447
14.4. Arbitragem no direito societário 451
14.5. Arbitragem e a administração pública 459
14.6. Arbitragem no direito de família 466
14.7. Arbitragem no direito das sucessões 471
14.8. Arbitragem nas relações de consumo 474
14.8.1. Compromisso arbitral nas relações de consumo 480
14.8.2. Modelos estrangeiros para a solução adjudicada nas relações de consumo 482
14.9. Bibliografia recomendada 484

15. ARBITRAGEM INTERNACIONAL 487
15.1. Objeto deste capítulo 489
15.2. Arbitragem doméstica e arbitragem internacional 489
15.3. Escolha de Lei aplicável ao mérito da controvérsia 493
15.4. Homologação de sentença arbitral estrangeira 496
15.4.1. Normativa, objeto e competência 496
15.4.2. Fundamentos para denegação 498
15.5. Bibliografia recomendada 506

STJ00110363

BIBLIOGRAFIA 509

ANEXOS – LEI 9.307/1996, LEI 13.140/2015, NORMAS, ENUNCIADOS E JURISPRUDÊNCIA EM TESES PERTINENTES À ARBITRAGEM, CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO 523

Anexo 1 – Lei de Arbitragem – Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996 525

Anexo 2 – Lei 13.140, de 26 de junho de 2015 – Marco Legal da Mediação 539

Anexo 3 – Emenda Regimental 18, de 17 de Dezembro de 2014, do Superior Tribunal de Justiça – Alteração do Regimento Interno 553

Anexo 4 – Conciliação e Mediação no Código de Processo Civil de 2015 557

Anexo 5 – Artigos do CPC/2015 relacionados à Arbitragem 573

Anexo 6 – Enunciados da I Jornada Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios 585

Anexo 7 – Superior Tribunal de Justiça – Jurisprudência em teses – edição nº 122: da arbitragem 597

OUTRAS OBRAS DO AUTOR 605